

NACIONALISMO E PLURALIDADE: uma interface entre o pensamento político de Hannah Arendt e a psicanálise de Freud¹
NATIONALISM AND PLURALITY: an interface between Hannah Arendt's political thought and Freud's psychoanalysis

Roseane Torres de Madeiro²

Resumo: Este trabalho se situa na interface entre a Filosofia Política e a Psicanálise, sendo seu objetivo investigar o conceito de nacionalismo, contrapondo-o ao de pluralidade, enquanto uma condição do humano, tomando como fundo os processos identificatórios. Para desenvolver o objetivo proposto, nos debruçamos sobre a obra de Hannah Arendt, visando os conceitos de nacionalismo e pluralidade, bem como o modo como tais conceitos compuseram o pensamento de sua filosofia política. Dentro deste contexto, os conceitos de massa e de identificação foram costurados à discussão, sob a perspectiva da teoria freudiana, já que uma massa é liderada por um líder com quem os indivíduos que a compõem estabelecem uma forte relação de identificação. Ao longo deste trabalho, foi desenvolvida a hipótese de que o nacionalismo consiste em uma estratégia política de cunho psicológico: uma pretensa promessa de união, de pertencimento, de unidade social e interna. Esta é uma pesquisa, em sua íntegra, teórica e bibliográfica. Como resultado, vimos que a interface entre a Filosofia e a Psicanálise se revelou como um campo frutífero para a abordagem do fenômeno do nacionalismo, no contexto da atual política contemporânea nacional.

Palavras-chave: nacionalismo; filosofia; psicanálise.

Abstract: This work is situated at the interface between Political Philosophy and Psychoanalysis, and its objective is to investigate the concept of nationalism, opposing it to that of plurality, as a condition of the human, taking as a background the processes of identification. To develop the proposed objective, we focus on the work of Hannah Arendt, aiming at the concepts of nationalism and plurality, as well as the understanding of how such concepts composed the thought of her political philosophy. Within this context, the concepts of mass and identification were sewn into the discussion, through the lens of Freudian theory, considering that a mass is led by a leader with whom the individuals who compose it establishes a strong relationship of identification. Throughout this work, the hypothesis developed was that nationalism consists of a political strategy of a psychological nature: an alleged promise of union, belonging, social and internal unity. This research is, in its entirety, theoretical and bibliographic. As a result, we saw that the interface between Philosophy and Psychoanalysis proved to be a fruitful field for approaching the phenomenon of nationalism, in the context of current contemporary national politics.

Keywords: nationalism; philosophy; psychoanalysis.

¹ O referido artigo é uma adaptação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), defendido no ano de 2021, para a obtenção de grau de Graduação em Filosofia, pela Faculdade de Filosofia (FAFIL), da Universidade Federal do Pará (UFPA), orientado pelo Prof. Dr. Ivan Risafi de Pontes.

² Doutora em Psicologia pelo PPGP/UFPA; Mestre em Psicologia pelo PPGP/UFPA; Graduada em psicologia pela UNAMA; Professora nos cursos de Psicologia da Uniesamaz e da Fibra; Autora do livro "Psicanálise, verdade e abuso sexual infantil". Mestranda em Filosofia pelo PPGFIL/UFPA e Graduada em Filosofia pela UFPA.

Introdução

Este artigo se situa na interface entre a Filosofia Política e a Psicanálise, na qual o nacionalismo foi tomado como um objeto de investigação para refletir filosoficamente e analiticamente sobre os mecanismos sociais e psíquicos que estão em jogo no atual cenário político brasileiro. Seu objetivo foi investigar o conceito de nacionalismo, contrapondo-o ao de pluralidade, enquanto uma condição do humano, tomando como fundo os processos identificatórios evidenciados na relação do homem nacional com o líder da massa.

Para tanto, fez-se uma escolha teórica: a de se apoiar nas obras de Arendt e Freud. A princípio, tomar dois autores tão diferentes no que se refere às bases filosóficas que sustentam suas teorias pode parecer uma tentativa equivocada de estabelecer uma relação entre ambos. No entanto, apesar de tais diferenças, é possível apontar para algo que os aproxima no campo de suas vivências pessoais: ambos eram judeus e, por isso, sofreram as devastadoras consequências do antissemitismo. Esse ponto em comum — o antissemitismo — atravessou a produção teórica de ambos os autores.

Metodologicamente, realizou-se uma pesquisa teórica e bibliográfica dentro das obras de Arendt e Freud. Investigou-se, assim, uma trama de conceitos, em que nacionalismo e pluralidade ocuparam um lugar de excelência; no entanto, outros conceitos, apesar de figurarem em posição secundária, também contribuíram com o debate, tais como: totalitarismo, desamparo, massa, nazismo, antissemitismo, unidade, identificação e função pater-na. Tomou-se o conceito de nacionalismo em seu potencial explicativo, para analisarmos o atual cenário político.

Neste cenário, destaca-se a eleição para presidente do Brasil em 2018. Certamente, uma eleição nunca é igual a outra; no entanto, essa em particular nos trouxe a possibilidade de vivenciarmos e testemunharmos vários fenômenos políticos. Dentre estes, o nacionalismo se fez presente como uma estratégia propagandista e psicológica, para associar o sentimento de amor à nação a um determinado candidato, que trouxe consigo o seguinte slogan para sua campanha eleitoral: “Deus, Família e Pátria, acima de tudo!”.

Partindo deste contexto, interroga-se: o que seria o nacionalismo? Como um conceito potencialmente explicativo, este se configura muito menos como um sentimento de pertencimento a uma nação e muito mais como uma poderosa arma ideológica utilizada para a tomada do poder.

A hipótese levantada neste artigo é a de que o nacionalismo implica uma estratégia política de cunho psicológico: uma pretensa promessa de união, de pertencimento, de unidade social e interna, na qual vigora a crença de que a partir desta será possível governar um país. No entanto, o risco de cairmos nas armadilhas do nacionalismo é ignorar a pluralidade entre os indivíduos de um mesmo país, bem como o fato de que a consciência nacional não é homogênea, mascarando, com isso, as diferenças entre os indivíduos.

Há, portanto, um cunho psíquico na formação do nacionalismo, uma intenção de fazer um com o outro, formando uma suposta unidade — uma nação — e proporcionando ao indivíduo um sentimento de pertencimento que apazigua o seu desamparo e a sua falta, os quais lhes são estruturais.

Branco (2020, p. 21) sugere que o nacionalismo deve ser falado no plural, ou seja, nacionalismos, os quais, segundo o autor, “respondem a cada conjuntura contingente e a cada momento histórico, a problemas políticos que assumem diferentes formas de manifestação”.³ Na visão deste autor, o conceito de nacionalismo não pode ser definido de forma única e isolada, sendo, portanto, um termo aberto e múltiplo.

De acordo com o autor, os nacionalismos clamam pela “reapropriação ritualizada das riquezas culturais tradicionais da comunidade ou pela expulsão do invasor, estrangeiro à comunidade, do solo nacional originário” (BRANCO, 2020, p. 23, grifos do autor). Há, nessa colocação, uma evidente gênese de dominação de um homem sobre um outro embutida no conceito de nacionalismo. Ao invés de cumprir sua promessa de unir os indivíduos, ele tenciona a segregação entre eles, gerando diversos conflitos entre o homem nacional e o estrangeiro.

O nacionalismo, enquanto uma pretensão de unidade entre os indivíduos, em que as diferenças e singularidades se apagam, contrapõe-se ao conceito de Arendt (1956/2020) de pluralidade, posto pela autora como condição humana, em que os indivíduos são plurais e singulares ao mesmo tempo. A pluralidade é o que predomina nas relações sociais e toda tentativa de anular isso é corrosiva para o laço social entre os indivíduos.

Há uma forte relação entre o nacionalismo e as massas; estas, por sua vez, foram desenvolvidas a partir de posições diferenciadas, tanto por Arendt (1951/2012) na sua perspectiva filosófica, quanto por Freud (1921/2013) na sua perspectiva analítica. Uma massa é liderada por um líder e é composta por indivíduos, havendo entre estes uma forte relação de identificação — indivíduos estes que se encontram em pleno desamparo, não somente social, mas igualmente psíquico, e que se tornam facilmente alvo dos ideais nacionalistas. O nacionalismo alimenta ideologias de dominação entre os povos e corrói o laço social entre os humanos. Vejamos o que Arendt e Freud nos dizem sobre isso.

O Nacionalismo em Arendt

Arendt (1951/2012) tratou o conceito de nacionalismo de modo indireto quando o relacionou tanto com o fenômeno do antissemitismo quanto do totalitarismo. A autora toca na questão de como o nacionalismo se entrelaçou ao antissemitismo; para ela, os judeus nunca entenderam de fato o que os levou ao centro do conflito e o momento em que o ódio

³ As bases históricas nas quais estes nacionalismos se fundaram são de extrema relevância, porém, elas não são o foco deste artigo, o qual se detém às reflexões filosóficas e psicanalíticas do fenômeno do nacionalismo.

contra eles se tornou um argumento político (ARENDR, 1951/2012). Segundo a autora:

[...] o antissemitismo político surgiu porque os judeus, apesar dela (da emancipação), constituíam um corpo à parte, enquanto a discriminação social resultou da crescente igualdade dos judeus em relação aos demais grupos (ARENDR, 1951/2012, p. 93).

Na visão de Arendt (1951/2012), o antissemitismo não era resultado de um nacionalismo exacerbado. Pelo contrário, para a autora, há uma relação inversamente proporcional entre nacionalismo e antissemitismo, qual seja, quanto mais frágil esteve o nacionalismo, mais forte se deu o antissemitismo. Os nazistas não eram meros nacionalistas, não amavam sua pátria acima deles mesmos, mas eram supranacionais, tinham interesses maiores do que a própria pátria e usavam o nacionalismo como estratégia ideológica para alimentar a massa. Nas palavras de Arendt (1951/2012, p. 25–26):

[...] na verdade, o antissemitismo moderno crescia enquanto declinava o nacionalismo tradicional, tendo atingido seu clímax no momento em que o sistema europeu de Estados-nações, com seu precário equilíbrio de poder entrara em colapsos. Os nazistas não eram meros nacionalistas. Sua propaganda nacionalista era dirigida aos simpatizantes e não aos membros convictos do partido. Ao contrário, este jamais se permitiu perder de vista o alvo político supranacional.

Portanto, o declínio dos Estados-nações e a fragilidade dos movimentos nacionalistas possibilitaram o crescimento do antissemitismo. Este alcançou seu auge quando os judeus perderam suas funções públicas e alianças com o Estado, de modo que nem suas riquezas poderiam mais protegê-los. Afinal, nesta época, quem financiava o Estado era, em grande parte, os judeus, tendo em vista que a burguesia preferia investir no setor privado, já que reconhecia o Estado como uma empresa improdutiva (ARENDR, 1951/2012).

Os judeus eram reconhecidos como um povo sem nação, sem um lugar para chamar de seu, “um povo sem governo, sem país e sem idioma” (ARENDR, 1951/2012, p. 32). A referida autora caracterizou os judeus como “grupo internacional, cuja importância e utilidade decorriam precisamente do fato de nunca se terem ligado a qualquer causa nacional”. (ARENDR, 1951/2012, p. 45). O judeu era o não nacional, o homem sem nação e sem nacionalidade.

Em algum momento, uma nacionalidade lhes foi oferecida, em uma atmosfera de muitos interesses, o que Arendt (1951/2012, p. 36) aponta como contraditório e incongruente:

[...] os judeus receberam a cidadania dos governos que, no decorrer dos séculos, haviam feito da nacionalidade um pré-requisito da cidadania, e da homogeneidade de população a principal característica da estrutura política.

Isso significa que no século XIX, os Estados-nacionais europeus, conforme seus interesses, deram um lugar a alguns judeus, os mais ricos e privilegiados, que na época ocupavam uma função no sistema social. Estes, por sua vez, conservavam sua identidade grupal. Tratava-se de uma troca de interesses que veio a sucumbir quando da falência dos Estados-nações. Quando isto se deu, o judeu, o qual era visto como intereuropeu e não nacional, passou a ser alvo de ódio e desprezo, apesar de suas riquezas. Ter dinheiro não era o suficiente para protegê-los e resguardá-los. Nas palavras de Arendt (1951/2012, p. 45):

[...] sem territórios e sem governo próprios, os judeus constituíam elemento intereuropeu; e o Estado-nação necessariamente conservava-lhes essa condição, porque dela dependiam os serviços financeiros prestados por judeus.

Essa nacionalidade concedida aos judeus trazia consigo uma contradição: um judeu portador do direito dado por uma nacionalidade fictícia poderia transitar por vários países, exceto por aquele que emitiu sua nacionalidade; por exemplo, “era muito mais fácil para um judeu austríaco ser aceito na França do que na Áustria” (ARENDR, 1951/2012, p. 91). A autora nos aponta uma valiosa contradição, qual seja, a de que “os judeus, o único povo não nacional da Europa, foram mais ameaçados do que quaisquer outros pelo colapso do sistema de Estados nacionais” (ARENDR, 1951/2012, p. 49).

O argumento político antissemita utilizava-se de um pretense nacionalismo através do Partido Antissemita, que vendia um *slogan* nacionalista; porém, na análise da autora, eles eram ultranacionalistas e tinham como objetivo organizar uma superestrutura estatal em detrimento das estruturas nacionais (ARENDR, 1951/2012).

Este pretense nacionalismo é localizável igualmente nos movimentos totalitários e em sua propaganda. É possível, inclusive, estabelecer uma relação entre antissemitismo e totalitarismo, a partir da seguinte citação:

[...] a política totalitária — longe de ser simplesmente antissemita, ou racista, ou imperialista, ou comunista — usa e abusa de seus próprios elementos ideológicos, até que se dilua quase que completamente com sua base, inicialmente elaborada partindo da realidade dos fatos [...] (ARENDR, 1951/2012, p. 22).

Em sua análise histórica e filosófica sobre os movimentos totalitários, Arendt evidenciou o nacionalismo como algo presente na ideologia e na propaganda dos movimentos totalitários. Nestes, a propaganda foi utilizada como um dos meios (para além do terror) de conquistar as massas, um poderoso instrumento de manipulação e uma parte integrante de uma guerra igualmente psicológica, que desafiava a linha tênue entre realidade e ficção.

Os indivíduos que compunham essa massa não pertenciam a nenhum partido político, ou a uma específica camada ou corpo social; o que havia em comum entre eles era o “agir como um nacional” (ARENDR, 1951/2012, p. 443). O nacionalismo foi um componente deveras presente na propaganda política dos movimentos totalitários, a exemplo do nazismo:

Quando a atenção pública concentrou-se no nacionalismo, de um lado, e, no socialismo, de outro, quando se julgava que os dois eram incompatíveis e constituíam a verdadeira linha divisória ideológica entre a Direita e a Esquerda, o “Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães” oferece uma síntese que supostamente levaria à unidade nacional, uma solução semântica cuja dupla marca registrada — “alemão” e “trabalhador” — ligava o nacionalismo da Direita e o internacionalismo da Esquerda (ARENDR, 1951/2012, p. 492).

Tratava-se de um jogo estratégico com as palavras “alemão”, “trabalhador” e “nacional” misturando doutrinas ideológicas inicialmente antagônicas, tais como “nacional-socialista” ou “social-cristã”. Um perigoso jogo psicológico e semântico, que fisgava o fragilizado homem da massa justamente pelo fio das palavras, aprisionando-o a uma ilusão de unidade nacional.

Nos exemplos trazidos pela autora, quais sejam, o bolchevismo na Rússia de Stálin e o nazismo de Hitler na Alemanha, a propaganda totalitária se dirigia às camadas não totalitárias da população do próprio país, bem como aos países externos. Ela tinha um cunho mentiroso e, ao mesmo tempo, uma certa clareza em relação aos seus objetivos, tal como na propaganda nazista em que Hitler, por muitas vezes, expôs claramente seus brutais objetivos de extermínio de seus opositores.

O modo como os movimentos totalitaristas divulgaram sua propaganda foi apresentando-a como uma “propaganda de força”, pela qual o Estado e as autoridades eram vistos como falidos e fragilizados, sendo, portanto, mais seguro ao cidadão alemão se aliar ao partido nazista, visando garantir sua sobrevivência e proteção. O que caracterizava esta propaganda era “o uso de insinuações indiretas, veladas e ameaçadoras contra todos os que não derem ouvidos aos seus ensinamentos, seguidas de assassinato em massa” (ARENDR, 1951/2012, p. 478).

Havia igualmente um apelo a uma suposta natureza científica, tomando o saber científico como uma forma de poder. Um cientificismo ideológico caracterizado por uma crença em profecias “científicas”, sem procurar buscar historicamente os acontecimentos do passado. Aprimorou-se a técnica de afirmações proféticas, nas quais a argumentação não se baseava em fatos passados ou do presente, mas sim futuros, com o que viria a acontecer, assim o argumento só poderia ser verificado a partir de acontecimentos futuros. Essa estratégia colocava o líder em uma posição profética, onde a realização de seus ditos passa a ser algo admirável; no entanto, por outro lado, as profecias de Hitler e Stálin eram nada mais do que o anúncio de seus projetos de morte e destruição.

Nos movimentos totalitários, os fatos estão em segundo plano face às profecias, pois estes dependem do poder dos homens que os inventam. É quase um delírio coletivo, através do qual a realidade concreta é posta em questão; uma fuga da realidade, um apego a uma ficção. De acordo com Arendt (1951/2012, p. 485), as massas:

Não acreditam em nada visível, nem na realidade de sua própria experiência; não confiam em seus olhos e ouvidos, mas apenas em sua imaginação, que pode ser seduzida por qualquer coisa ao mesmo tempo universal e congruente em si. O que convence as massas não são os fatos, mesmo que sejam fatos inventados, mas apenas a coerência com o sistema do qual esses fatos fazem parte.

Um falso mundo de coerências é o que predomina nos movimentos totalitários, que é mais adequado a certas “necessidades da mente humana do que a própria realidade” (ARENDR, 1951/2012, p. 485).

Arendt (1951/2012) nos oferece uma interessante reflexão sobre o lugar do cientificismo na propaganda totalitária, nomeando-o como um sintoma obsessivo do Ocidente sobre um certo ideal de ciência, que se desenvolveu desde o desenvolvimento da Matemática e da Física no século XVI. Os movimentos totalitários são como um último estágio nesse processo de ter a ciência como um ídolo. Supostamente, espera-se que um cientificismo político gere um bem-estar à população, fato este incompatível com o totalitarismo. Nas palavras de Arendt (1951/2012, p. 480–481):

[...] exatamente porque se supunha que as ideologias tivessem um natural conteúdo utilitário, a conduta anti-utilitarista dos governos totalitários e a sua completa indiferença pelo interesse da massa causaram um choque tão profundo.

Essa massa, alienada e vulnerável ao discurso totalitário, não se preocupa com seus próprios interesses, perdeu sua autodefesa, seu instinto de autoconservação, seu próprio egoísmo, em razão de uma identificação à figura de um líder, pai, todo poderoso, que lhe promete a proteção diante de tantos anseios — miséria, desemprego e frustradas ambições nacionais.

Os temas da propaganda totalitária “foram preparados pelos cinquenta anos de imperialismo e desintegração do Estado-Nacional, quando a ralé adentrou o cenário da política europeia” (ARENDR, 1951/2012, p. 484). No caso dos bolchevistas, os temas das propagandas contavam com uma frágil linha divisória entre a ficção e a realidade, em um contexto de denúncias, ameaças, torturas e “confissões”, no qual o indivíduo passava a se desconhecer e, igualmente, a seus pares. Os movimentos totalitários conseguem criar uma atmosfera pela qual uma loucura artificial é forjada. No caso do nazismo, o grande tema de suas propagandas era a suposta conspiração mundial judaica, através da qual os judeus foram tomados como grandes inimigos.

O cerne da propaganda nazista era o antissemitismo, o qual não se tratava apenas de uma questão de opinião pública, mas sim de uma política nacional. Tal como vimos inicialmente, o antissemitismo se tornou um argumento político, um apelo para a ideia de que a instabilidade e perda de força do Estado-nação era culpa dos judeus, estes homens não nacionais. Estes diferenciavam-se do homem nacional, atraído pela massa e pelas propagandas dos movimentos totalitários, os quais inflamavam o seu amor à pátria acima de tudo, e o seu ódio ao seu inimigo — os judeus sem nação.

O nacionalismo, portanto, inflama uma política feita para poucos, negando a pluralidade de um povo e firmando muros e fronteiras. Trata-se, igualmente, de uma estratégia política de cunho psicológico: uma pretensa promessa de união e de pertencimento, na qual vigora a crença de que a partir da unidade e da síntese seria possível governar um país. No entanto, o risco de se cair nas armadilhas do nacionalismo é ignorar a pluralidade entre os indivíduos de um mesmo país, bem como o fato de que a consciência nacional não é homogênea.

A pluralidade enquanto condição humana

Em *A condição humana* (1956), a autora analisará as atividades humanas feitas no campo da vida ativa — o *trabalho*, a *obra* ou a fabricação e a *ação* —, bem como as atividades humanas da vida contemplativa. Interessa-nos a atividade da ação e sua relação com o conceito de pluralidade. Dentre as atividades humanas da *vida ativa*, temos o *trabalho*, que:

[...] é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujos crescimento espontâneo, metabolismo e resultante declínio estão ligados às necessidades vitais produzidas e fornecidas ao processo vital pelo trabalho (ARENDDT, 1956/2020, p. 9).

De outro lado, a *obra* “é a atividade correspondente à não-naturalidade da existência humana, que não está engastada no sempre-recorrente ciclo vital da espécie e cuja mortalidade não é compensada por este último”. (ARENDDT, 1956/2020, p. 9). Enquanto do trabalho teremos como produto o consumo de objetos, o produto da obra é o uso dos objetos. Neste contexto, o *animal laborans* é o indivíduo que trabalha e consome, ao passo que o *homo faber* é aquele que constrói seus instrumentos, com os quais ele fabrica e produz. (ARENDDT, 1956/2020). E a ação? O que seria a ação? A autora nos responde:

A ação, única atividade que ocorre diretamente entre os homens, sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que os homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo. Embora todos os aspectos da condição humana tenham alguma relação com a política, essa pluralidade é especificamente a condição — não apenas a *conditio sine qua non*, mas a *conditio per quam* — de toda vida política (ARENDDT, 1956/2020, p. 9, grifos da autora).

Do conceito de ação podemos extrair a sua estreita relação com a pluralidade, na medida em que “a pluralidade é a condição da ação humana porque somos todos iguais, isto é, humanos, de um modo tal que ninguém jamais é igual a qualquer outro que viveu, vive ou viverá” (ARENDT, 1956/2020, p. 10).

Somos no plural justamente porque cada um traz consigo a sua singularidade; somos plurais por sermos singulares e únicos, e não todos em uma mesma unidade, qual seja, a intenção do nacionalismo. A ação se justifica na pluralidade, pois o agir só se dá entre os homens coletivamente; não se age isoladamente. A autora fala de:

[...] homens no plural, isto é, os homens na medida em que vivem, se movem e agem nesse mundo, só podem experimentar a significação porque podem falar uns com os outros e se fazer entender aos outros e a si mesmo (ARENDT, 1956/2020, p. 5).

Não somente a ação, mas igualmente o discurso “depende[m] inteiramente da pluralidade humana, da presença constante de outros que possam ver e ouvir e, portanto, atestar sua existência” (ARENDT, 1956/2020, p. 116). Ambos, ação e discurso, dependem de homens que estão entre outros homens, ouvindo e falando entre eles, agindo e discursando coletivamente.

A grande aposta da autora — a qual faz com que Correia (2020) considere sua teoria política como a “teoria dos recomeços” — é a de que a ação tem igualmente uma relação com a natalidade, já que a cada nascimento se dá a possibilidade de um novo recomeço. Aquele que nasce e pode recomeçar tem a capacidade de agir (ARENDT, 1956/2020).

Sua teoria política tem uma marca: a de que, no campo político, o agir é sempre entre homens, o que implica a condição da pluralidade. A condição humana da pluralidade pressupõe “o agir e o falar em conjunto, que é a condição de todas as formas de organização política” (ARENDT, 1956/2020, p. 251).

Correia (2020, p. XXII-XXIII), conhecido comentador das obras da autora, apresenta-nos uma interessante definição para o conceito de pluralidade:

A ação é a atividade que corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que a Terra e o mundo são habitados não pelo Homem, mas por homens e mulheres portadores de uma singularidade única – iguais enquanto humanos, mas radicalmente irrepetíveis de modo que a pluralidade humana, mais que a infinita diversidade de todos os entes, é a paradoxal pluralidade de seres únicos.

Para Arendt (1956/2020), a pluralidade como condição humana se contrapõe ao desamparo.⁴ Dessa forma:

Em certo sentido, portanto, a bondade e o desamparo têm muito mais relevância para a política que a sabedoria e a solidude; mas somente a solidude pode constituir um autêntico modo de vida, na figura do filósofo, ao passo que a experiência muito mais geral do desamparo está em tal contradição com a condição humana da pluralidade que simplesmente não pode ser suportada durante muito tempo [...] (ARENDR, 1956/2020, p. 94).

Entende-se que ela está se referindo ao desamparo que os cidadãos sofrem com o advento do social, o qual servirá, segundo Arendt, de solo fértil para o totalitarismo. A ação motivada pela pluralidade pode ser vista como um contraponto a essa tendência de natureza totalitária na própria democracia.

Arendt (1956/2020) aborda a questão do desamparo enquanto um estado que cria uma condição existencial propícia para a manipulação política-ideológica, o que interdita a ação de um sujeito que fortaleceria sua condição humana fundada na pluralidade. O próprio sistema social fomenta este desamparo, pois ele se nutre disso — o totalitarismo avança sobre indivíduos desamparados.

Neste contexto, a figura do líder totalitário e soberano significa a destruição da base de uma sociedade fundada no princípio humanístico da pluralidade. Desta forma, segundo Arendt (1956/2020, p. 290), “a soberania, o ideal da inflexível autossuficiência e autodomínio, contradiz a própria condição da pluralidade. Nenhum homem pode ser soberano porque não um homem, mas homens habitam a Terra”.

Neste sentido, do ponto de vista da filosofia política da autora, a pluralidade é um relevante conceito que destaca a convivência entre os homens como um fator para o exercício do poder. Segundo a referida autora, “o poder humano corresponde, antes de tudo, à condição humana da pluralidade” (ARENDR, 1956/2020, p. 249).

Retomando à atividade humana do trabalho e à problematização que a autora faz sobre este, em relação ao seu caráter coletivo e pretensamente unificador — pelo qual todos os soldados marcham juntos, como em uma engrenagem —, a autora aponta para uma questão: “as melhores ‘condições sociais’ de trabalho são aquelas nas quais o indivíduo pode perder sua identidade. Essa unificação de muitos em um só é basicamente antipolítica” (ARENDR, 1956/2020, p. 265).

⁴ Podemos, neste ponto, introduzir um paralelo entre Arendt (1956/2020) e Freud (1930/2010) acerca do conceito de desamparo, o qual parece ter sido abordado por ambos os autores de modo peculiar. Arendt parece abordá-lo como um desamparo social, enquanto para Freud este é, em especial, um desamparo psíquico. Em Freud (1930/2010), o desamparo é justificado originalmente pela nossa condição biológica de sermos, no mundo animal, os únicos que precisamos do amparo do próximo para nos alimentarmos e nos protegemos. Nascemos desamparados biológico e psiquicamente, precisando do outro para tudo da nossa sobrevivência. Ainda que possamos nos desenvolver e nos emancipar do amparo do outro, psiquicamente, seguimos todos desamparados.

É justamente esta unidade de muitos em um só que implica a pretensão ideológica do nacionalismo. Nesta referida obra, Arendt (1956/2020, p. 317) faz uma breve menção ao nacionalismo, referindo-se ao “sangue e o solo” como requisitos dos Estados-nações.

Todas as teorias orgânicas do nacionalismo, especialmente em sua versão centro-europeia, baseiam-se em uma identificação da nação e das relações entre os seus membros com a família e as relações familiares. [...] Do mesmo modo como a família e sua propriedade foram substituídas pelo pertencimento a uma classe e pelo território nacional, a humanidade começou a substituir as sociedades vinculadas nacionalmente, e a Terra a substituir o restrito território do Estado (ARENDR, 1956/2020, p. 317–318).

A autora se refere ao modo como o mundo moderno se constituiu a partir de várias transformações na sociedade, as quais colocaram a família, a propriedade privada e a nação como pretensas unidades de organização política e social dos Estados-nações. Neste contexto, Arendt (1956/2020, p. 273) nos alerta, afirmando que:

[...] a tentativa de eliminar essa pluralidade equivale sempre à supressão do próprio domínio público. A mais óbvia salvaguarda contra os perigos da pluralidade é a monarquia, ou o governo de um só homem, em suas muitas variedades.

A tentativa de exterminar a pluralidade não é uma novidade na história do mundo, a exemplo do nazismo. Ao olharmos para o passado da humanidade, podemos localizar este acontecimento como um impiedoso e irreparável exemplo de extermínio da condição humana da pluralidade.

A noção do mal radical e a erradicação da pluralidade

Vimos até aqui que, a partir do pensamento de Arendt, o espaço político de uma organização social deve se dar entre homens e mulheres plurais, cada um sendo capaz de agir e de iniciar algo radicalmente novo. No entanto, a experiência do nazismo, um dos modelos de estado totalitário, mostrou o quanto esta pluralidade, enquanto condição do humano, pode vir a ser destruída.

Em *Eichmann em Jerusalém* (1963/1999), temos um relato jornalístico que traz em seu conteúdo profundas análises históricas, políticas e filosóficas, visando localizar a noção de banalidade do mal, relacionando-a à pluralidade, enquanto uma tentativa de erradicá-la.

Deste modo, o contexto em que Arendt desenvolveu seu conceito de banalidade do mal configurou-se a partir de sua participação no julgamento de Eichmann, um nazista foragido, o qual, em maio de 1960, fora capturado na Argentina e trazido ao Estado de Israel para ser julgado, contrariando o que preconizava o Direito Internacional. É importante ressaltarmos que, na época, o campo jurídico não estava preparado para avaliar o que havia se dado no nazismo.

Esse ponto aparece fortemente na análise de Arendt (1963/1999) quando ela afirma: “eu era e sou da opinião que esse julgamento devia acontecer no interesse da justiça e nada mais” (ARENDR, 1963/1999, p. 310). Sendo de origem judaica, na época, Arendt foi acusada pelos judeus do Estado de Israel de ter se voltado contra sua própria origem, recebendo por fim duras críticas por esta referida obra. Todavia, o olhar lançado para o que estava em jogo neste julgamento fora muito mais amplo, cujo ponto de sua reflexão seria “a medida em que a corte de Jerusalém esteve à altura das exigências da justiça” (ARENDR, 1963/1999, p. 322). Fora justamente esse olhar para o alto, para o horizonte, que levou a autora a escrever sua teoria política.

No julgamento de Eichmann, a acusação era saber se este tinha ou não consciência de seus atos. As perguntas endereçadas a ele eram: se ele sabia o que estava fazendo ou se matar judeus era um ato contra a sua consciência? Arendt (1963/1999, p. 106) afirmara que esta era uma pergunta no âmbito da moral, e sua resposta podia não ser relevante no campo da legalidade.

A acusação tinha por base a premissa de que o acusado, como toda “pessoa normal”, devia ter consciência da natureza de seus atos, e Eichmann era efetivamente normal na medida em que “não era uma exceção dentro do regime nazista”. No entanto, nas condições do Terceiro Reich, só se podia esperar que apenas as “exceções agissem normalmente”. O cerne dessa questão, tão simples, criou um dilema para os juízes. (ARENDR, 1963/1999, p. 38).

Ela refutou esta pergunta sobre “ter consciência de seus atos” afirmando que “a consciência enquanto tal parecia ter se perdido na Alemanha”. (ARENDR, 1963/1999, p. 119). E recusava o discurso de patologizar a pessoa de Eichmann, atribuindo-lhe um diagnóstico de insanidade mental. Nas palavras dela: “quanto mais se ouvia Eichmann, mais óbvio ficava que sua incapacidade de falar estava intimamente relacionada com sua incapacidade de pensar” (ARENDR, 1963/1999, p. 62).

O argumento de defesa de Eichmann era que seu dever era obedecer: “ele cumpria o seu dever, como repetiu insistentemente à polícia e à corte, ele não só obedecia a ordens, ele também obedecia à lei” (ARENDR, 1963/1999, p. 152). Inclusive, no interrogatório à polícia, Eichmann invocou a teoria de Kant quanto aos princípios morais, particularmente, à sua definição de dever, o que Arendt (1963/1999, p. 153) analisa como ousado, ultrajante e incompreensível, já que “a filosofia moral de Kant está intimamente ligada à faculdade de juízo do homem, o que elimina a obediência cega”.

Em que sentido cumprir uma ordem pode ser um crime? Retomando o que anteriormente já foi desenvolvido sobre o totalitarismo, lembremos que, no Estado Totalitário, matar é uma política pública. Como dissera Arendt (1963/1999, p. 314), “esses crimes inegavelmente ocorreram dentro de uma ordem ‘legal’. Essa era, de fato, a sua característica mais notável”.

Eichmann era um burocrata, um funcionário público que cumpria ordens. Nesta época, o crime estava legalizado pelo Estado. A norma do Estado Nazista era matar judeus. Essa era a política de morte do Estado. Segundo Arendt (1963/1999, p. 312–313), “a essência do governo totalitário, e talvez a natureza de toda burocracia, seja transformar homens em funcionários e meras engrenagens, assim os desumanizando”. A autora continua: “se isso significava nada mais que prestar obediência cega às ordens do *Führer*; todos eles haviam sido pequenos dentes de engrenagem” (ARENDR, 1963/1999, p. 70).

Nesse contexto, o que seria o mal? Eis uma questão filosófica, investigada há tempos na filosofia, por Sócrates na *Ética do Bem*, segundo a qual se é mal por ignorância; ou mesmo o trabalho de Kant sobre o mal radical. Em Arendt, por sua vez, a investigação sobre o mal toca em sua banalidade.

O mal banal perdeu suas raízes, ele não tem limites, excede-se. A autora desconstrói a relação entre natural e banal; este é justamente aquilo que foge ao natural e implica a ausência de raízes. O que é natural é retirado dos processos históricos; já a banalidade nos revela uma verdade: a de uma vida sem raízes.

Eichmann ignora a dimensão crítica da cultura e ignora a pluralidade entre os humanos. Arendt (1963/1999) o chama de burocrata, pois ele obedeceu a norma do seu contexto, a de matar judeus, uma profunda negação da condição humana da pluralidade. Essa era a política de morte e de extermínio do Estado Nazista — um estado burocrático.

A banalidade do mal é, portanto, a incapacidade de reflexão, é a obediência cega, que não coloca em questão o que está sendo ordenado. Nas palavras da autora: “quando falo da banalidade do mal, falo num nível estritamente factual, apontando um fenômeno que nos encarou de frente no julgamento” (ARENDR, 1963/1999, p. 310).

Ao fim do julgamento, Eichmann foi condenado à forca, e em suas últimas palavras, ele teria dito: “Amor à Alemanha”. Em seu último suspiro, seu amor à sua nação. O nacionalista morreu proferindo aquilo que dominou seus ideais e seus afetos até o último instante de sua vida.

O nacionalismo como estratégia ideológica: o alimento das massas

Os movimentos nacionalistas visam difundir uma ideologia unificadora, através da qual os indivíduos, supostamente, reúnem-se em uma mesma unidade. Assim, o nacionalismo se configura como uma forte isca para conquistar as massas.

Para Arendt, as massas são organizadas pelos movimentos totalitários; são, inclusive, seu objetivo, pois a massa é aquilo que caracteriza o totalitarismo. Comparadas às classes, as quais se articulam em prol de um objetivo em comum, as massas não se unem em torno de um interesse em comum, pois, em sua maioria, são pessoas politicamente neutras e indiferentes. Para a referida autora,

[...] o termo massa só se aplica quando lidamos com pessoas que, simplesmente devido ao seu número, ou à sua indiferença, ou a uma mistura de ambos, não se podem integrar numa organização baseada no interesse comum, seja partido político, organização profissional ou sindicato de trabalhadores (ARENDDT, 1951/2012, p. 438–439).

Já para Freud (1921/2013), as massas não são o mesmo que uma multidão, pois os indivíduos de uma massa compartilham entre si uma poderosa ligação libidinal. A questão a que Freud buscou desenvolver acerca destas se referia a como uma massa influencia a vida psíquica do indivíduo e qual modificação psíquica ela impõe ao mesmo. Ou seja, sua indagação era acerca de uma psicologia das massas a partir de uma psicologia do eu.

O funcionamento das massas está, portanto, enraizado aos processos psíquicos que dizem respeito às identificações do eu ao outro. Entende-se identificação como a “manifestação mais precoce de uma ligação emocional com outra pessoa” (FREUD, 1921/2013, p. 98). Identificar-se é tomar o outro como ideal, é tomar para si suas qualidades. Nas palavras de Freud (1921/2013, p. 100): “apenas se reconhece que a identificação aspira por dar ao próprio eu uma forma semelhante à do outro eu tomado como ‘modelo’”.

Desta relação entre as massas e o funcionamento psíquico dos indivíduos que a compõem, nota-se igualmente que são dirigidas por um líder, o qual porta consigo algo em si que atrai as massas dentro desta lógica dos ideais. Sobre esta figura de liderança, Freud comenta que “quem quiser agir sobre ela não precisa de nenhuma ponderação lógica de seus argumentos; tem de pintar as imagens mais fortes, exagerar e repetir sempre a mesma coisa” (FREUD, 1921/2013, p. 51).

As massas são crédulas na figura deste líder, ela não é sem ele. Elas “nunca conheceram a sede da verdade. Elas exigem ilusões, às quais não podem renunciar. Nelas o irreal sempre tem precedência sobre o real” (FREUD, 1921/2013, p. 54). Há, portanto, um conteúdo fantasioso e ficcional em jogo no funcionamento das massas, que não se preocupam com o teor de verdade dos fatos.

No curso de sua investigação, Freud (1921/2013) aponta ainda para a ausência de liberdade do indivíduo na massa como o principal fenômeno da psicologia das massas, tendo em vista que um indivíduo se liga a um grupo de outros indivíduos pela via dos ideais.

Na reunião dos indivíduos da massa todas as inibições individuais são anuladas e todos os instintos cruéis, brutais e destrutivos, que dormiam no indivíduo como restos dos tempos primitivos, são despertados para a livre satisfação dos impulsos. Mas, sob a influência da sugestão, as massas também são capazes de atos elevados de renúncia, altruísmo e dedicação a um ideal (FREUD, 1921/2013, p. 52).

Da interface entre a psicologia das massas e a do eu, podemos extrair que a fantasia do neurótico é a de completude com o outro; para isso se aniquila a diferença, pela qual todos são iguais em uma unidade. Só quem se difere é o líder, tomado com ideal para o eu dos indivíduos da massa.

Segundo Freud (1921/2013), a massa revive uma experiência de revivescência da horda primeva. Ao afirmar isso, o autor está se referindo à obra *Totem e tabu* (1913), onde Freud traça uma investigação antropológica e psicológica sobre o surgimento da lei do incesto na história da humanidade; para isso, ele nos conta uma narrativa sobre o modo como o homem vivia nos primórdios de nossa organização social.

No mito totêmico, Freud (1913/1996, p. 112) estabelece uma relação entre a vida psíquica de povos primitivos (aborígenes australianos) e a dos neuróticos. Aqueles praticavam o canibalismo e a exogamia, bem como viviam sob o sistema do totemismo, enquanto instituição social-religiosa, o qual “consiste nas relações de respeito e proteção mútua entre um homem e seu totem”.

Neste tempo, o homem vivia em clãs e em hordas, nos quais o pai — o patriarca — tinha o poder de ter trocas sexuais com todas as mulheres deste mesmo clã, independente do grau de parentesco ou sanguíneo. Somente ele o podia; nenhum dos outros homens, tais como seus filhos, irmãos, sobrinhos ou primos, tinham essa prerrogativa. Com isso, um grande poder era dado ao pai da horda, e todos de um mesmo clã viviam como uma massa, ligados por uma forte e poderosa ligação libidinal entre eles e para com um líder em comum.

Assim, o caráter sinistro e compulsório da formação de massas, que se mostra em seus fenômenos sugestivos, provavelmente pode ser atribuído com razão à sua proveniência da horda primordial. O líder da massa continua sendo o temível pai primordial, a massa ainda quer ser dominada por uma força irrestrita, anseia pela autoridade num grau extremo, tem, segundo a expressão de *Le Bon*, sede de submissão. O pai primordial é o ideal da massa, que domina o eu em lugar do ideal do eu (FREUD, 1921/2013, p. 139).

O pai da horda, tirano e poderoso, impõe um ideal à massa, onde “o indivíduo abre mão de seu ideal do eu, trocando-o pelo ideal da massa corporificado no líder” (FREUD, 1921/2013, p. 141). São diversas as ilusões que alimentam os ideais das massas; dentre elas está o nacionalismo, com a promessa de que vários indivíduos formarão uma única unidade, qual seja, uma nação, todos enlaçados em uma ligação libidinal e identificatório com um ideal em comum: somos todos parte de uma mesma nação, liderada por nosso líder, a quem projetamos afetos outrora endereçados às figuras paternas da história de cada indivíduo.

Neste contexto, a figura do líder das massas é deveras relevante, pois, na dinâmica da psicologia do eu, que se encontra entrelaçada à psicologia das massas, muito do que é projetado à figura deste líder diz respeito aos complexos infantis dos indivíduos, vivenciados em sua tenra infância, que tendem a se atualizar na relação entre o indivíduo da massa e seu líder.

Se este líder trazer consigo o ideal de uma nação enquanto unidade, forte e soberana, facilmente os indivíduos entram nesta convocação, como um chamado. O indivíduo nacional compartilha com seu líder o sentimento de amparo, de pertencimento, de completude, de unidade. Não há, assim, espaço para as singularidades, para as diferenças, para aquilo que falta, para o desamparo, como vimos anteriormente.

O homem nacional está mergulhado na ilusão de que ele pode realizar a sua fantasia neurótica de completude com seu outro, aplacando imaginariamente o seu desamparo que lhe é estrutural e constitutivo. Mas com quem o nacionalista está identificado?

O líder dos nacionalistas e a identificação com o pai

Vimos até então que, no fenômeno do nacionalismo, o lugar do líder é de extrema relevância, e essa liderança nos remete às vivências infantis de cada indivíduo na sua relação com uma figura paterna — esta que é uma das primeiras figuras de autoridade na vida de cada sujeito, e que agora, no cenário político, é revivida e atualizada com o líder da massa. A figura do líder diante da massa é demasiadamente importante, relacionando-se com a função de um pai na vida psíquica dos indivíduos.

Abordaremos o lugar do líder nas massas a partir do lugar do pai no campo da psicanálise. Em *O futuro de uma ilusão* (1927/2010), Freud afirmou que o pai morto da horda retorna pela via de um anseio por um pai na figura de um líder, um desejo de proteção ante ao desamparo do homem diante das forças da natureza. Disse-nos Freud (1927/2010, p. 59):

O desamparo do homem permanece, e, com ele, os deuses e o anseio pelo pai. Os deuses conservam a sua tripla tarefa: afastar os pavores da natureza, reconciliar os homens com a crueldade do destino, em especial como ela se mostra na morte, e recompensá-los pelos sofrimentos e privações que a convivência na cultura lhes impõe.

Neste ponto, as motivações psíquicas que alimentam o nacionalismo — este movimento de fazer um com o outro a partir de um ideal nacional — se explicam pelo próprio desamparo constitutivo do homem e sua necessidade de proteção. Dentro do ideal nacional, o indivíduo não está desamparado, nem sozinho, nem frágil diante das forças da natureza ou das ameaças da vida mundana; o cidadão nacional segue inflado de que está protegido com sua bandeira, com seus hinos, ao lado de sua amada pátria.

Mais adiante, em *O mal-estar na cultura*, Freud (1930/2010, p. 56) teceu outro argumento importante acerca do desamparo, quanto ao anseio da presença paterna que ele desperta, “tanto mais que esse sentimento não se prolonga simplesmente a partir da vida infantil, mas é conservado de modo duradouro pelo medo das forças superiores do destino”.

A noção de pai implica uma função, portanto, pensada a partir da vida psíquica; ela não se confunde com a figura de um pai enquanto presença, ou mesmo alguém com quem se tenha vínculo sanguíneo, biológico e grau de parentesco. A função de um pai é a do interdito, no que se refere ao desejo incestuoso e proibido que evanesce entre criança e figura materna.

Desta forma, um pai é a representação simbólica da Lei da Castração, aquela que nos interpela, deixando-nos a marca de que nem tudo aquilo que é da ordem de nosso desejo será permitido. Aliás, quase nada do desejo será possível de ser realizado. Nesse sentido, a função paterna é um organizador da vida psíquica, sendo possível através dela o reconhecimento da Lei e das leis do nosso ordenamento social.

Pela via dos afetos, muitas são as possibilidades de, ao longo da vida dos indivíduos, várias figuras, em especial aquelas que representam autoridade, venham a substituir, de modo inconsciente, a figura paterna. O líder de uma massa nacionalista pode ser uma dessas figuras; assim, a figura do presidente pode atualizar a função paterna na vida psíquica de seus seguidores.

Tomemos a figura do atual presidente do Brasil, o Sr. Jair Messias Bolsonaro, o qual, desde 2020, primeiro ano de seu governo, vinha proferindo ditos em relação à pandemia no Brasil, tais como “muitos vão morrer, e daí?”, “eu não sou coveiro”, “eu sou a Constituição”. Em seus ditos, Bolsonaro deixou claro que ele é aquele que goza, que denega a Lei e as leis jurídicas, um portador de um gozo perverso. Esclareça-se que a perversão está sendo tomada como uma das estruturas clínicas da psicanálise, em que o sujeito perverso denega a Lei da Castração e, com isso, reduz a Lei em gozo: seu gozo. Tal como Burszstein (2010, p. 104, tradução nossa) afirmou:

[...] pode-se dizer que perversos porque reduzem a Lei ao gozo [...] O Nome-do-Pai é, portanto, reduzido à representação imaginária de uma pessoa que goza, em vez de ser apresentado como o fogo que queima o gozo ruim.⁵

Traremos para o debate Burszstein (2010), que igualmente tratou a questão do nazismo a partir da interface entre a Filosofia e a Psicanálise, incluindo, em sua análise, o elemento do nacionalismo.

⁵ “Ils peuvent être dits pervers car ils réduisent la Loi à la jouissance [...] Le Nom-du-Père est donc réduit à la représentation imaginaire d’une personne qui jouit, au lieu d’être présenté comme le feu brûlant la jouissance mauvaise”. (BURSZSTEIN, 2010, p. 104).

Nesta referida análise, Burszstein (2010) introduz uma variável importante, qual seja, a do gozo inconsciente integrado.⁶ É como se os indivíduos reunidos em massa, convocados a compartilhar uma unidade — “somos nação” —, compartilhassem igualmente entre si um gozo inconsciente, que se instaura com a abolição da Lei. O líder dessa massa encarna uma figura mítica e tirana que tudo pode, que pode gozar em absoluto e que atualiza as fantasias mais arcaicas de seus seguidores.

Porque a ilusão política por excelência é aquela que tende a fazer crer que existe um objeto comum de gozo, do qual a posse permitiria a satisfação da multidão e sustentaria sua esperança. Desde sempre, é a paixão nacionalista — diferente do patriotismo — que tem fornecido o material necessário para este suposto objeto inexistente de fruição comum. Nesse sentido, é absolutamente necessário incluir o nazismo na longa lista dessas exacerbadas paixões nacionalistas (BURSZSTEIN, 2010, p. 27, tradução nossa).⁷

O autor estabelece uma interessante diferenciação entre o nacionalismo e o patriotismo. A diferença está nas palavras usadas por cada um. O nacionalista se utiliza de palavras que visam à destruição do laço social, enquanto o patriota almeja cultivar esse laço. Segundo Burszstein (2010, p. 37–38, tradução nossa), “o conceito de patriotismo é necessário à manutenção do laço social, em referência a uma comunidade linguística”.⁸

Neste cenário nacionalista, o pai mítico representa, na subjetividade, a possibilidade de alcançar um gozo ilimitado. A adesão em massa a sua imagem de portador do gozo ilimitado ocasiona o que poderíamos chamar de orgia de um gozo incestuoso e inconsciente — orgia de gozo. Desta forma, os indivíduos em massa põem em ato o seu fantasma incestuoso, autorizados por seu líder tirano. Bolsonaro é como o tirano originário, a que Freud se refere em *Totem e Tabu* (1913). É a fantasia de seu eleitor ao ver o deleite desse pai que pode tudo, com seus filhos homens ao redor, em pleno gozo.

Nesse sentido, o nacionalismo gira em torno de um ideal de unidade. Uma multidão de dois. O nacionalista acredita gozar de uma unidade: a nacional. Isso implica estar identificado a seu pai (líder da massa, presidente da nação) e, com isso, protegido de seu próprio desamparo.

⁶ «La haine fondamentale inconsciente, celle qui, de génération en génération, tend à abolir la Loi au profit de la jouissance fusionnelle» (BURSZSTEIN, 2010, p. 21). Tradução: “O ódio inconsciente e fundamental é aquele que, de geração a geração, tende a abolir a Lei em função de um gozo inconsciente e integrado” (tradução nossa).

⁷ “Car l’illusion politique par excellence est celle qui tend à faire croire qu’il existe un objet de jouissance commun, dont la possession permettrait la satisfaction de la foule et soutiendrait son espoir. Depuis toujours, c’est la passion nationaliste – différente du patriotisme – qui a fourni la matière nécessaire à ce supposé objet de jouissance commune inexistant. À cet égard, il faut absolument intégrer le nazisme dans la longue liste de ces passions nationalistes exacerbées” (BURSZSTEIN, 2010, p. 27).

⁸ “Concept de patriotisme est nécessaire à maintenir le lien social en référence une communauté de langue» (BURSZSTEIN, 2010, p. 38, tradução nossa).

Burszstein (2010, p. 50) acrescenta, em sua análise, mais um conceito de Freud, o supereu, para pensar a relação entre este e os ideais, afirmando que o ideal do supereu visa uma unidade: “a psicanálise distingue, na escolha dos ideais, o ideal simbólico do ideal do supereu, o qual apela para esta unidade mítica que deve ser satisfeita — em detrimento do desejo”.⁹ O autor nos recomenda que:

[...] como cidadãos, devemos criticar constantemente as ilusões geradas pelo ideal supremo, apelando para a unidade mítica do povo, ou seja, para um messianismo místico, encarnado por um nacionalismo exacerbado. Isso é o aposto do patriotismo. (BURSZSTEIN, 2010, p. 111).¹⁰

Mais adiante, o autor quebra com esta pretensa ilusão:

[...] devemos, portanto, distinguir entre o ideal e o real; como sujeito desejante, devemos renunciar a essa crença no mito de um povo constituído em comunidade de irmãos e devemos também aceitar o fato de que, na realidade, este ideal não pode ser nem corporificado, nem realizado pela força (BURSZSTEIN, 2010, p. 111).¹¹

Nas eleições de 2018 no Brasil, as palavras “mito” e “messias” fizeram parte da propaganda de Bolsonaro, ocasionando impactantes efeitos psíquicos a partir de uma tática linguística.

A subjetividade do eleitor bolsonarista anseia por um mito, no sentido dessa figura mítica, que atualiza a função de um pai tirano que goza. Podemos chamar isso de transferência a um Outro da política, entendendo a transferência como um importante conceito psicanalítico em que os afetos oriundos das primeiras relações parentais do sujeito são atualizados na relação com o analista. Isto é, afetos do passado que são evocados nas relações atuais — neste caso, eleitores identificados com a figura do presidente.

Desta forma, o líder da massa é um catalizador; ele reúne, por meio do mecanismo da identificação, uma massa que se deixa hipnotizar e fascinar pela posição que esse líder assume. Na compreensão de Boris (2001, p. 52), trata-se de uma massa “medusada” sob a ação do líder.

⁹ “La psychanalyse distingue dans le choix des idéals, l’idéal symbolique de l’idéal surmoïque faisant appel à cette unité mythique qu’il faut satisfaire – au détriment du désir» (BURSZSTEIN, 2010, p. 50, tradução nossa).

¹⁰ «Comme citoyen nous devons critiquer sans cesse les illusions générées par l’idéal surmoïque, faisant appel à l’unité mythique du peuple, c’est-à-dire à un messianisme mystique, incarné par un nationalisme exacerbé. C’est là de contraire du patriotisme» (BURSZSTEIN, 2010, p. 111, tradução nossa).

¹¹ «Nous devons donc distinguer entre idéal et réel: comme sujet désirant, nous devons renoncer `cette croyance au mythe d’un peuple constitué comme une communauté de frères et nous devons aussi accepter le fait que, dans la réalité, cet idéal ne puisse être ni incarné, ni réalisé par la force» (BURSZSTEIN, 2010, p. 111, tradução nossa).

Na teoria freudiana, os indivíduos integram uma massa ou uma horda fraterna, a partir de um laço libidinal e identificatório. Leia-se o conceito de identificação como “a manifestação mais precoce de uma ligação emocional com outra pessoa” (FREUD, 1921/2013, p. 98). Quando este se dá, intensas regressões arcaicas reduzem o indivíduo à posição de membro de uma massa, ocorrendo uma dissolução do eu nas massas em prol de um ideal. Renunciam-se às singularidades, em prol de compor uma pretensa unidade com os demais. Renunciam-se, igualmente, às pluralidades.

Checchia (2020, p. 19) pergunta: “por que milhões de brasileiros elegeram ‘democraticamente’ um governante com mentalidade autoritária?”. Entre as hipóteses deste autor, este analisa as posições de dominação e servidão entre os sujeitos, a partir de operações simbólicas e imaginárias, pelas quais a identificação igualmente aparece como um mecanismo psíquico, o qual possibilita que uma figura de autoridade simbólica institua um circuito fechado de dominação e submissão. O referido autor igualmente nos fala de uma nostalgia por um regime autoritário, explicando que:

[...] mudanças drásticas talvez favoreçam o aparecimento do autoritarismo, na medida em que, com o abalo da mudança das referências simbólicas do sujeito, o imaginário ganha força, pois é ele que deve tentar suprir aquilo em que o simbólico está fracassando (CHECCHIA, 2020, p. 108).

A perda de referências simbólicas prejudica o laço social com o outro e abre espaço para armadilhas imaginárias e identificatórias com um líder de uma massa nacionalista, rompendo com a pluralidade.

Considerações finais

O momento de concluir este trabalho se dá com a ciência de que o tema não se esgotou e de que, na vida cotidiana, social e política, o nacionalismo está na história do mundo e entre nós, em nosso cotidiano. A interface entre a Filosofia e a Psicanálise revelou-se como um campo frutífero para a abordagem do fenômeno do nacionalismo, tanto no contexto político do século XX quanto na atual política contemporânea nacional; assim, destaca-se a importância do trabalho de Arendt e Freud para pensarmos o tema investigado.

Vimos que o nacionalismo é uma estratégia política de cunho psicológico, uma pretensa promessa de união, de pertencimento, um ideal de unidade e síntese entre indivíduos. No entanto, o risco de se cair nas armadilhas do nacionalismo é ignorar a pluralidade entre os indivíduos de um mesmo país, ignorando com isso o fato de que a consciência nacional não é homogênea.

É importante, ainda, marcar a sua distinção para com o patriotismo; enquanto esse visa alimentar os laços sociais entre os indivíduos, o nacionalismo corrói tais laços, evidenciando um conflito de poder em que o homem nacional pretende se sobressair diante de outro pela via da nacionalidade.

Ao nos debruçarmos sobre a obra de Arendt (1951/2012), vimos que a autora tratou do tema do nacionalismo de modo indireto ao relacioná-lo tanto com o fenômeno do antissemitismo, quanto do totalitarismo. Na sua relação com o antissemitismo, o nacionalismo travou uma relação inversamente proporcional, a saber, quanto mais frágil esteve o nacionalismo, mais forte se deu o antissemitismo. Isso se daria na medida em que o judeu era o não nacional, o homem sem nação e sem nacionalidade, por isso Arendt (1951/2012, p. 45) os caracterizou como o “grupo internacional, cuja importância e utilidade decorriam precisamente do fato de nunca se terem ligado a qualquer causa nacional”. Mesmo quando lhes foi oferecida uma nacionalidade, os judeus eram reconhecidos como intereuropeus e não como nacionais. Um pretense nacionalismo localizável no argumento político antissemita vendia um *slogan* nacionalista; no entanto, na análise da autora, eles eram ultranacionalistas.

Da teoria política da referida autora, retiramos também o conceito da pluralidade enquanto condição humana, na tentativa de fazer um contraponto com o nacionalismo, no sentido de que o primeiro implica a condição de os indivíduos serem plurais e singulares ao mesmo tempo, enquanto o segundo pretende uma unidade entre os indivíduos, em que as diferenças e singularidades se apagam.

A condição da pluralidade implica a ação e o discurso entre os homens. Costa (2019, p. 10) comenta que a pluralidade “se constitui no reconhecimento do valor das singularidades que, por sua vez, emergem na cena pública em seu ativo distinguir-se pela ação e pelo discurso no âmbito do domínio da aparência”.

A pluralidade e as singularidades entre os homens não podem se apagar em função de um ideal de unidade, ainda mais quando este perpassa por uma estratégia de dominação de um humano sobre outro. Não podemos inflamar um nacionalismo que anule as diferenças entre os indivíduos, apagando, com isso, a pluralidade entre eles.

Seguindo na análise política da autora acerca do totalitarismo, destacou-se o lugar da massa, alienada e vulnerável, que perdeu sua autodefesa, em razão de uma identificação à figura de um líder, um pai todo poderoso, que lhe promete a proteção diante de tantos anseios (miséria, desemprego e frustradas ambições nacionais).

Neste ponto, foi possível relacionar o modo como Arendt e Freud pensaram a questão da massa. Arendt (1951/2012, p. 438–439) afirmara que as massas são organizadas pelos movimentos totalitários — são, inclusive, seu objetivo, sendo o nacionalismo uma forte isca para conquistar as massas. Já Freud (1921/2013) formulou que as massas não são o

mesmo que uma multidão, pois os indivíduos de uma massa compartilham entre si uma poderosa ligação libidinal pela via do processo de identificação à figura do líder desta massa.

Esta é dirigida por um líder, o qual porta consigo algo em si que atrai os indivíduos dentro de um processo de identificação. Segundo Freud (1921/2013), a massa revive a experiência de um laço identificatório com a figura paterna, que se atualiza na figura do líder no contexto da política.

Indicamos que o caminho que leva um sujeito a integrar uma massa que veicula a ideologia nacionalista é um processo psíquico de identificação à figura de um líder, que atualiza um traço de identificação de um pai. Vimos que o conceito de identificação, trabalhado por Freud (1921/2013) como a ligação libidinal mais genuína entre os indivíduos, nos ajuda a traçar um caminho de compreender por qual via psíquica um oprimido se identifica com um líder opressor.

Pergunta-se: o que poderia despertar uma massa? O que poderia interromper tal processo identificatório de uma massa a um pai opressor? Recolhemos algumas pistas, a exemplo de Lacan (1949/1998, p. 103) que nos deixou o seguinte dito: “esse nó de servidão imaginária que o amor sempre tem que redesfazer ou deslindar”. Ou seja, a via dos afetos (o amor) poderia ser um caminho para se refazer aquilo que uma servidão imaginária, do indivíduo nacionalista para com seu líder/pai, destrói na esfera dos laços sociais. Do mesmo modo como nos identificamos com uma figura, nos (des)identificamos também, quando essa ligação libidinal é transferida pela via dos afetos para outro lugar.

A linguagem é um poderoso instrumento através do qual se pode enfrentar este poderoso e destrutivo fenômeno do nacionalismo. É preciso convocar os indivíduos a novas significações, a começar pela interrogação sobre o que é o nacionalismo, se é possível uma consciência nacional, quem é o homem nacional ou a que serve o nacionalismo para o laço social.

O atual cenário político brasileiro, que conta com um processo pandêmico e com o projeto mortífero de um Chefe de Estado no poder, convoca-nos urgentemente para um agir, tal como Arendt (1956/2020) nos alertou. Nesse sentido, a reflexão de como despertar uma massa de sua inerte sonolência¹² é uma interrogação demasiadamente necessária.

Concluimos que o nacionalismo é uma poderosa arma ideológica utilizada para o domínio dos indivíduos pelo líder da massa. Trata-se muito menos de amor à nação e aos seus significantes (hino, bandeira, blusa da seleção brasileira), e muito mais de dominação estratégica para a tomada de poder.

Se o nacionalismo for pensado enquanto uma força ideológica para a dominação de homens por outros, será urgente repensarmos nossa posição enquanto nacionalistas,

¹² Encontramos em Boris (2001, p. 32) uma intrínseca relação entre revolução e as massas, no sentido de que “a verdadeira revolução é deflagrada por uma minoria superior, que desperta a força elementar das massas, em sua inerte sonolência”.

esvaziar nossos ideais, nos separar daquilo que nos faz “um com o outro”. A manutenção da vida psíquica nos pede muitas renúncias, inclusive de gozo. A vida social também pede renúncias em prol da manutenção dos laços sociais.

Do confronto entre nacionalismo e pluralidade, que prevaleça a pluralidade enquanto condição humana, para que não se mascare a diversidade, ainda que conflituosa, entre os humanos.

O nacionalismo inflama uma política feita para poucos, negando a pluralidade de um povo, firmando muros e fronteiras, enquanto há uma urgência de que os homens se deem as mãos. A categoria “humano” precisa estar enquanto uma prioridade, acima da categoria “homem nacional”. Lembremos que, para além do homem nacional, está o humano. Repensemos as nossas fronteiras.

Referências

- ARENDDT, H. (1951). **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ARENDDT, H. (1956). **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020.
- ARENDDT, H. (1963). **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- BORIS, F. **O pensamento nacionalista autoritário**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BRANCO, F. C. **Filosofia dos Nacionalismos, Nacionalismos da Filosofia**. Rio de Janeiro: Ape 'Ku, 2020.
- BURSZTEIN, J. G. **Nazisme et Shoah: une approche psychanalytique**. Hermann Editeurs: Paris, 2010.
- CHECCHIA, M. A. **Origens psíquicas da autoridade e do autoritarismo**. Belo Horizonte: Dialética, 2020.
- CORREIA, A. Pensar o que estamos fazendo. *In: ARENDT, H. A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020, p. XIV–XLIX.
- COSTA, E. Quem somos na paradoxal pluralidade do espaço público? A condição humana e a inquietante indagação arendtiana. **Revista Ágora Filosófica**, Recife, v. 19, n. 3, p. 1–38, 2019.
- FREUD, S. (1913). **Totem e tabu**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FREUD, S. (1921). **Psicologia das massas e análise do eu**. Porto Alegre: L&PM, 2013.
- FREUD, S. (1927). **O futuro de uma ilusão**. Porto Alegre: L&PM, 2010.
- FREUD, S. (1930). **O mal-estar na cultura**. Porto Alegre: L&PM, 2010.
- LACAN, J. (1998). O estádio do espelho como formador da função do eu. *In: LACAN, J. Escritos*. Tradução de V. Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1949, p. 96–103.